

**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.02.24.01

**LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA
CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
EXECUÇÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL,
JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE,
CONFORME ANEXO I.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, através da Comissão Permanente de Licitação, devidamente nomeada pela Portaria nº 008/2021, DE 29 DE JANEIRO DE 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo previsto, abrirá licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas nesta Tomada de Preços, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, e suas alterações posteriores.

HORA, DATA E LOCAL:

Os "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTAS DE PREÇOS" serão recebidos em sessão pública marcada para:

Às 09:00 Horas,

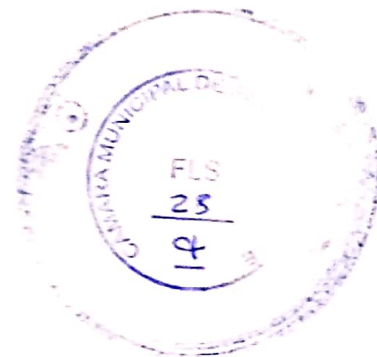
Do dia 12 de março de 2021.

No endereço: Sala de licitações, localizada na Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito – Ceará – CEP 63.185-000

Constituem parte integrante desta Tomada de Preços, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- ANEXO I** - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/TERMO DE REFERENCIA.
- ANEXO II** - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.
- ANEXO III** - MINUTA DO TERMO CONTRATUAL.

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO (Artigo. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

1.0- DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, ACESSÓRIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE, CONFORME ANEXO I.**

2.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas neste município, por força da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.1.2- Não poderá participar empresa com falência decretada;

2.1.3- É vedada a participação em consórcio e a subcontratação parcial ou total para a execução do objeto desta licitação.

2.2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

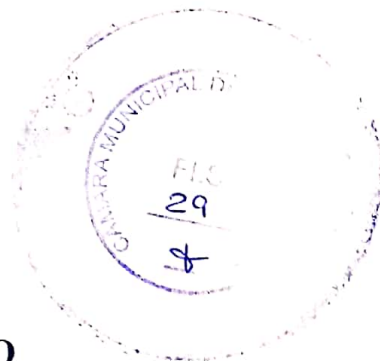
2.2.1- Poderá participar do presente certame licitatório jurídica, devidamente cadastrada na CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, ou não cadastrada, que atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data para abertura do certame, observada a necessária qualificação.

2.2.2- Os Documentos de habilitação e as Propostas de Preços poderão ser apresentados por preposto do(a) licitante com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome do(a) licitante, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprovem tal condição através de documento legal.

2.2.3- Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de habilitação e as Propostas de Preços de mais de um(uma) licitante, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto à Comissão de Licitação, sob pena de exclusão sumária dos(as) licitantes representados(as).

2.2.4- No caso do(a) licitante ser representado(a) por procurador(a), deverá ser apresentada procuração por instrumento público ou particular, esta última com firma do

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

OUTORGANTE, reconhecida em cartório. Em qualquer dos casos aqui citados, o documento só será aceito se apresentado em original ou por cópia autenticada em cartório;

2.2.5- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, para que essa possa gozar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da referida Lei é necessário a apresentação, junto com os documentos de habilitação, de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos do art. 8º, da IN nº 103/2007 do DNRC – Departamento Nacional de Registro no Comércio.

2.2.6- A não apresentação do documento previsto no item 2.2.5 acima não impedirá a participação na licitação, porém, o(a) participante não terá direito à fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014.

3.0- DOS ENVELOPES

3.1- A documentação necessária à Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentadas simultaneamente à Comissão de Licitação, em envelopes distintos, opacos e fechados, no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, conforme abaixo:

À CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.02.24.01

À CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.02.24.01

3.2- É obrigatória a assinatura de quem de direito do(a) PROPONENTE na PROPOSTA DE PREÇOS.

4.0- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”.

4.1- Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou servidor público da Câmara Municipal com o carimbo confere com o original, desde que apresente os documentos original, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;

b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa se expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.

4.2- OS DOCUMENTOS PARA PESSOA JURÍDICA CONSISTIRÃO DE:

4.2.1- Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, dentro do prazo de validade, guardada a conformidade com o objeto da licitação.

4.2.2- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.2.2.1- Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

4.2.2.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

4.2.2.3- Prova de inscrição na:

a) Fazenda Federal (CNPJ)

b) Inscrição Municipal ou Estadual, ou documento equivalente.

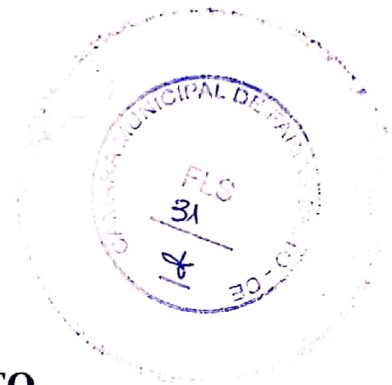
4.2.3- REGULARIDADE FISCALE TRABALHISTA:

4.2.3.1- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02.10.2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

4.2.3.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS, e

4.2.3.3- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

4.2.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.2.4.1- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e **compatível em características, prazos e quantidades, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho anterior na execução dos serviços objeto do certame, o qual deverá ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado responsável pela emissão do atestado, constando a descrição dos serviços/objetos executados.

4.2.4.2- Prova de inscrição, ou registro, ou quitação das anuidades da LICITANTE junto ao órgão competente, a exemplo: Conselho Regional de Contabilidade (CRC); da localidade da sede da PROPONENTE.

5.3.3- A licitante deverá possuir em seu quadro permanente, pelo menos, 01 (um) profissional de nível superior completo, no caso: **CONTADOR**, registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), para ficar à disposição dos serviços realizados pelo órgão contratante.

5.3.3.1- O vínculo do profissional que trata o item anterior poderá ser: estabelecido das seguintes formas: societária; prestador de serviços ou funcionário na forma celetista, acompanhando, em qualquer das situações previstas, do documento comprobatório do vínculo que se apresentar.

4.2.5- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.2.5.1-Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação ou cópia autenticada do Balanço Fiscal correspondente ao último exercício social encerrado, com as respectivas demonstrações de Conta de Resultados. Os demais tipos societários deverão apresentar cópias autenticadas do Balanço Patrimonial, do último exercício social, devidamente registrado na junta comercial da sede do licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, reservando-se à COMISSÃO o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado, bem como por sócio-gerente ou diretor.

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



32
8

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

4.2.5.1- a) A licitante com menos de 1 (um) ano de existência apresentarão cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante.

4.2.5.2- Fica dispensada de apresentar Balanço Patrimonial (item anterior) Microempresas ou empresas de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, quando optante pelo Simples nacional e ou ME/EPP e apresentando comprovante dessa opção: acompanhado com a apresentação da DEFIS (Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais).

4.2.5.3- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.2.6- OUTRAS EXIGÊNCIAS

4.2.6.1- Declaração expressa, na forma do anexo IV desta Tomada de Preços, de que atende ao inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.3- A microempresa ou empresa de pequeno porte, para que essa possa gozar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014 deverão apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos do art. 8º, da IN nº 103/2007 do DNRC – Departamento Nacional de Registro no Comércio.

4.4- O(A) licitante deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local e fotos externas e internas da empresa. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

5.0- DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE “B”

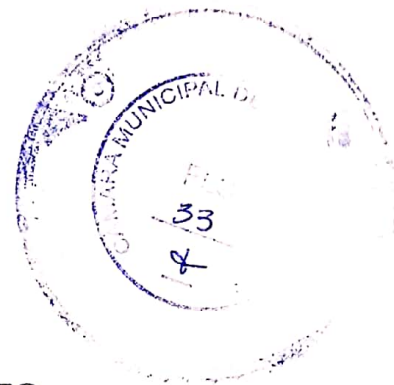
5.1- As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma, preenchidas em via datilografadas/digitadas ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, entregue em envelope opaco e lacrado.

5.2- AS PROPOSTAS DE PREÇOS DEVERÃO, AINDA, CONTER:

5.2.1- No caso de pessoa jurídica, a razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante.

5.2.2- Assinatura do Representante Legal;

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

5.2.3- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

5.2.4- Valor mensal e total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no objeto deste Edital;

5.2.5- Correrão por conta do(a) proponente vencedor(a) todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta;

5.2.6- Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores mensal e total, prevalecerá o valor mensal.

6.0- DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

6.1- A presente licitação na modalidade Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2- Após a entrega dos envelopes pelos(as) licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos;

6.3- Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE, constarão obrigatoriamente da respectiva Ata;

6.4- É facultado à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta;

6.5- Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e pelos(as) licitantes presentes, conforme dispõe o § 1º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.6- O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preço será realizado no dia, hora e local previstos nesta Tomada de Preços;

6.7- Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e "B" PROPOSTA DE PREÇO, proceder-se-á com a abertura e com a análise dos envelopes referentes à documentação;

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

6.8- Em seguida será dado vistas dos documentos aos(às) licitantes para que rubriquem e procedam, se quiserem, ao exame e se utilizem das faculdades outras previstas em Lei;

6.9- A Comissão de Licitação poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;

6.10- Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão de Licitação, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea a, da Lei de Licitações, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes "propostas", devidamente lacrados;

6.11- Abertura das propostas dos(as) licitantes habilitados(as) que serão examinadas pela Comissão e pelos(as) licitantes presentes;

6.12- Divulgação do resultado do julgamento das propostas e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93;

6.13- Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

7.0- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A – AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”

7.1- Compete exclusivamente à Comissão de Licitação avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica de cada licitante e a exequibilidade das propostas apresentadas.

7.2- A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observada as exigências contidas nesta Tomada de Preços.

B – AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE “B”

7.3- A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações;

7.4- Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos;

7.5- Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços dos(as) proponentes serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

7.6- No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á por sorteio, observado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014;

7.7- Nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, considerar-se-ão empatados (empate ficto) todas as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que sejam iguais ou até **10% (dez por cento)** superiores à proposta de menor preço apresentada;

7.8- Não ocorrerá o empate ficto quando o melhor preço tiver sido apresentado por empresa que comprove ser regularmente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.9- Ocorrendo o empate na forma prevista no item 7.7 acima, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Comissão de Licitação convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentação de proposta de preço inferior à da primeira classificada;

b) A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, e havendo a apresentação de preço inferior pela mesma, esta passará à condição de primeira classificada no certame;

c) Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma das alíneas "a" e "b" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 7.7 acima, na ordem crescente de classificação, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência (igualdade) dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, que se enquadrem na hipótese prevista no item 7.7 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.

7.10- Será declarada vencedora a proposta de menor preço global entre os(as) licitantes classificados(as), após a observância dos critérios acima estabelecidos.

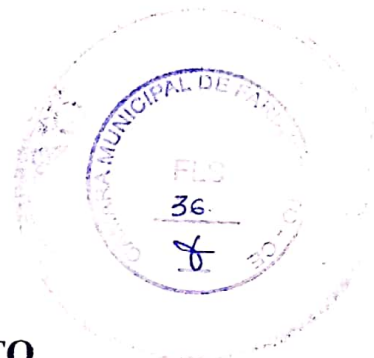
7.11- SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.11.1- Que não atenderem as exigências desta Tomada de Preços;

7.11.2- Que apresentarem preços unitários irrisórios, de valor zero, ou preços excessivos ou inexequíveis;

7.11.3- Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos(as) demais licitantes;

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

7.11.4- Com preço unitário simbólico ou irrisório, assim entendido como aquele incompatível com os preços praticados no mercado, conforme a Lei 8.666/93 e suas alterações;

7.11.5- No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os(as) licitantes serão convocados(as), vedado qualquer outro processo;

7.11.6- De conformidade com o parecer da Comissão de Licitação, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação apresentada.

8.0- DA ADJUDICAÇÃO

8.1- A adjudicação da presente licitação ao(à) licitante vencedor(a) será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

9.0- DO CONTRATO

9.1- Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa à presente Tomada de Preços, que deverá ser assinada pelas partes no prazo de até 05(cinco) dias úteis, a partir da data da convocação encaminhada ao(à) licitante vencedor(a) do certame;

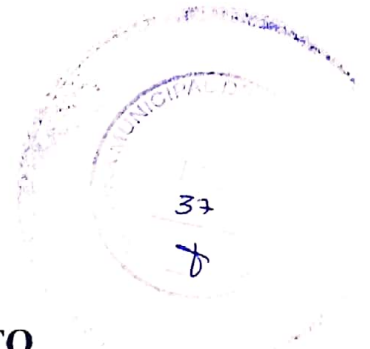
9.2- A recusa injustificada do(a) adjudicatário(a) em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

9.3- Considera-se como parte integrante do Contrato, os termos da proposta vencedora, seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório;

9.4- É facultado à Administração, quando o(a) convocado(a) não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidas, convocar os(as) licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão de Licitação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.0- DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

10.1- A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

10.3- Comunicar ao(à) CONTRATADO(A) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

10.4- Providenciar os pagamentos ao(à) CONTRATADO(A) à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

11.0- DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

11.1- Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Tomada de Preços, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

11.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

11.3- Todas as despesas envolvidas na execução dos serviços, sobretudo, com transporte, hospedagem e alimentação, correrão inteira e exclusivamente por conta do(a) CONTRATADO(A);

11.4- Disponibilizar profissionais devidamente habilitados para a fiel execução dos serviços, sempre que demandado pela CONTRATANTE, tanto na forma presencial quanto à distância, substituindo-os nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

11.5- Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) CONTRATANTE;

11.6- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao(à) CONTRATADO(a) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do(a) CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;

11.7- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pelo(a) CONTRATANTE;

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

11.8- Arcar com eventuais prejuízos causados ao(à) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente;

11.9- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive, as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, por eventuais atuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadiplância do(a) CONTRATADO(A), com referência às suas obrigações, não se transfere à CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO;

11.10- Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do contrato;

11.11- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

12.0- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

12.1- O Contrato terá um prazo de vigência a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

13.0- DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos mesmos.

13.2- A fatura constatará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês;

13.3- Caso o faturamento seja aprovado pelo(a) CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

14.0- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO



39
8

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

14.1- Os preços somente poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação das propostas, com base na variação percentual acumulada no período sob análise, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou outro equivalente caso este venha a ser extinto ou substituído.

15.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar ao(à) Contratado(a), as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da licitante VENCEDORA em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo(a) CONTRATANTE;

b.2) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

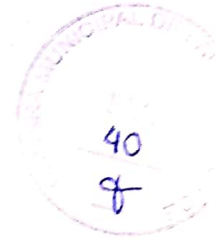
b.4) O valor da multa referida nesta cláusula será descontada "ex-officio" do(a) CONTRATADO(A), mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

16.0- DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1- O Contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art's. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

16.2- Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, ao(à) CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei de Licitações.

17.0- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1- O(A) CONTRATADO(A) fica obrigado(a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

18.0- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações;

18.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

18.3- Os recursos serão protocolados na CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO e encaminhados à Comissão de Licitação;

19.0- DA FONTE DE RECURSOS

19.1- O valor global do Contrato a ser celebrado correrá por conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas, elemento de despesa nº 33.90.39.00.

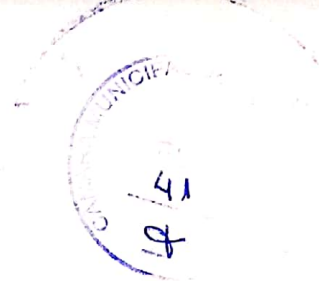
| UNIDADE ADMINISTRATIVA | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|-----------------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO | 0101.01.031.0001.2.001.0000 |

20.0- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1- A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta Tomada de Preços.

20.2- A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE;

20.3- É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública da Câmara Municipal de FARIAS BRITO, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de FARIAS BRITO/CE, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

20.4- A homologação da presente Licitação será feita pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93;

20.5- Os casos omissos deste Tomada de Preços serão resolvidos pela Comissão de Licitação, nos termos da legislação pertinente.

20.6- Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de FARIAS BRITO, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

FARIAS BRITO/CE, 24 de fevereiro de 2021.

Fernanda Alves de Sousa
FERNANDA ALVES DE SOUSA

Presidente da Comissão de Licitação

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. OBJETO

1.1 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE, CONFORME ANEXO I.

1.1.1 – Justificativa: justifica a contratação, pois os Serviços técnicos profissionais de execução, assessoria e consultoria no que se refere aos serviços de acompanhamento orçamentário; levantamento, elaboração e apresentação de balancetes, balanços e demais demonstrações contábeis mensais/anuais, dentre outros inerentes a área contábil.

2. DOS SERVIÇOS CONSTANTES NO OBJETO

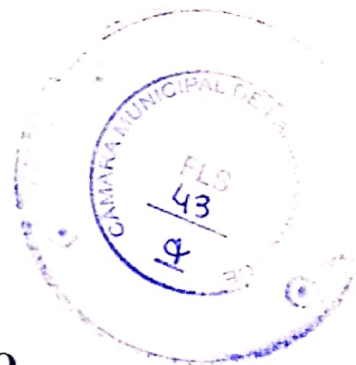
2.1 - CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE: Os serviços deverão ser fornecidos de duas formas:

I - Serviços Mensais;

2.2 - CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE

2.2.1 - Os serviços deverão atender às seguintes especificações:

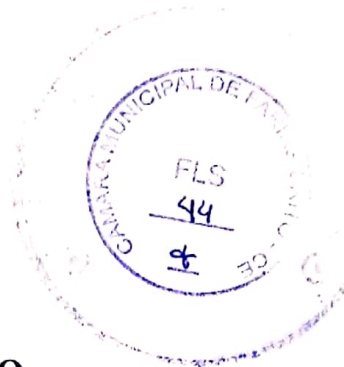
- XXIX. Lançamento do Orçamento da Receita e Despesa para o exercício financeiro de constante da LOA;
- XXX. Implantação e conferência de saldos bancários e conciliações dos saldos advindos do exercício anterior;
- XXXI. Abertura e encerramento das escritas contábeis orçamentária, financeira e patrimonial;
- XXXII. Escrituração regular de todos os atos e fatos relativos ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Patrimônio, dependente e independente da execução orçamentária e às variações patrimoniais da Câmara Municipal pelo método de partidas dobradas e por meio eletrônico;
- XXXIII. Classificação dos fatos para o competente registro contábil por processamento através de computação eletrônica, com a impressão de documentos de registro para o competente arquivamento;
- XXXIV. Elaboração de Balancetes Orçamentários de Receita e Despesa e Financeiros, demonstrativos orçamentários resultantes da Receita e Despesa, Caixa, Razão e Diário apresentados por contas ou grupo de contas de forma analítica e sintética;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

- XXXV. Consolidação de dados de balancetes de para emissão de relatórios mensais pertinentes;
- XXXVI. Conciliação de contas bancárias, controle de depósitos de contrapartidas, de convênios, aplicação de recursos, com apresentação de relatórios para orientação de prestações de contas de transferências com destinação específica, planificação de contas;
- XXXVII. Assessoramento, acompanhamento e aplicação da Legislação editada pela Receita Federal do Brasil, Receita Estadual, Código Tributário Municipal e Previdência Social para retenção e recolhimento de tributos e contribuições, conferência dos serviços de Tesouraria geral;
- XXXVIII. Consolidação e conferência de dados para elaboração de Relatórios Quadrimestrais de Gestão Fiscal, Relatórios Resumidos, bimestrais, de Execução Orçamentária e demais outros relatórios anuais exigidos nos artigos 52, 53 e 72 da Lei Complementar 101/00, de 04/05/2000 e demais legislação atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios;
- XXXIX. Alimentação do banco de dados, conferência de informações sobre licitação e folha de pagamento para consolidação de informações visando à geração mensal do SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS – SIM – na conformidade dinâmica do PGI, regulamentado, editado e atualizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará;
- XL. Emissão de relatórios fiscais/contábeis exigidos pelos órgãos de controle externo, emissão de relatórios gerenciais, inerentes ao período de execução do contrato.
- XLI. Remessa tempestiva de documentos informativos sobre a arrecadação da receita para a Câmara Municipal na conformidade da Lei (nos casos em que couber);
- XLII. Orientação e preparação de arquivos da contabilidade na forma legal determinada para guarda e manutenção de documentos fiscais;
- XLIII. Implementação e cumprimento de normas para atender à Lei nº 11.638/2007, na conformidade da IN RFB 787/07 e suas atualizações;
- XLIV. Elaboração de planilhas demonstrativas de dados em slides para realização de audiências públicas exigidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- XLV. Atualização diária e tempestiva das informações para publicação em meio digital – via internet – dos dados exigidos conforme lei complementar nº 131/2009 (Transparência Pública);
- XLVI. Assessoria e consultoria, com pessoal tecnicamente qualificado, de modo permanente e em tempo integral, para orientação, acompanhamento e execução dos procedimentos contábeis inerentes ao processamento da receita e da despesa, em seus diversos estágios, tudo em conformidade com as Instruções Normativas e legislações vigentes editadas pelo TCE/CE, STN e demais órgãos que disciplinam a matéria.
- XLVII. Subsidiar o processo de gestão: ajudar o processo de gestão dando suporte e apoio para projeções e simulações sobre eventos econômicos que possam afetar as decisões;

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

- XLVIII. Auxiliar na elaboração da avaliação de desempenho da Câmara, no que tange a área contábil;
- XLIX. Apoiar na avaliação de resultado: elaborar a análise de resultado econômico dos produtos e serviços e monitorar e orientar o processo de estabelecimento de padrões;
- L. Gerenciar os sistemas de informação: realizar a padronização e harmonização das diversas informações econômicas transmitidas ao gestor;
- LI. Esclarecer dúvidas, e debater as mudanças decorrentes das normas vigentes, desenvolvendo e aprimorando os conhecimentos necessários para permitir a minimização de custos e reduzindo riscos trabalhistas e previdenciários.
- LII. Verificação e recomendação, sobre a melhor forma de contratar as despesas requeridas, evitando o fracionamento de despesas e contratações sem o devido processo legal;
- LIII. Acompanhamento da execução orçamentário-financeira; liquidação das despesas; e acompanhamento dos limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- LIV. Observância dos aspectos legais, das documentações exigidas, do preço pactuado, das vantagens e desvantagens do objeto contratado, tudo de forma a assegurar os princípios constitucionais que regem a administração pública;
- LV. Prevenção de vícios, defeitos ou incorreções nos atos inerentes as despesas públicas;
- LVI. Acompanhamento e auxílio nas análises das despesas e prestação de contas;

3 - EQUIPE TÉCNICA

3.1 - A licitante vencedora, durante a execução do contrato, deverá manter no quadro de profissionais atuantes para a realização dos serviços contratuais, a seguinte composição:

- 01(um) profissional da Área de Contabilidade (nível superior).

4 - CARGA HORÁRIA

- O(s) Contador(es) terá uma carga horária de 30 horas/semanais;

5 - RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS: CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE.

6 - ESTIMATIVA PRÉVIA (VR. MÉDIO) DO CUSTO DA CONTRATAÇÃO:

A) CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE

Valor Médio Global R\$ 83.000,00 (OITENTA E TRES MIL REAIS).

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| UNIDADE ADMINISTRATIVA | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE | 0101.01.031.0001.2.001.0000 |

Elemento de Despesas: 33.90.39.00

8 - OBSERVAÇÕES:

8.1 - O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua assinatura e expedição da ordem de serviço e vigorará até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

8.1.1 - Os serviços devem ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de serviço pelo contratado.

8.2 - O pagamento será feito mensalmente, para os serviços constantes do item 2.1, subitem "I - Serviços Mensais", totalizando **10(dez)** meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021, mediante liquidação dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

8.2.1 - O pagamento mensal será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no item 2 deste Termo de Referência, observadas as disposições editalícias.

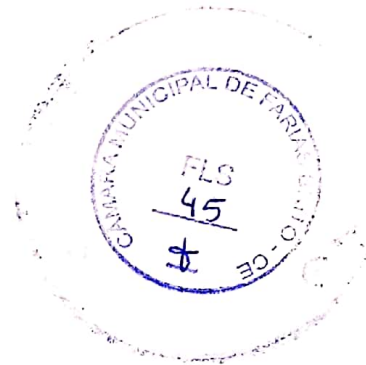
8.3 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 - Os valores contratados poderão ser reajustados a contar de 12 meses da assinatura da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

8.5 - Os serviços deverão ser executados nos dias, locais e horários indicado pela CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE.

8.6 - Todos os instrumentos de trabalho utilizados serão de responsabilidade do contratado, que arcará ainda com o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| UNIDADE ADMINISTRATIVA | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE | 0101.01.031.0001.2.001.0000 |

Elemento de Despesas: 33.90.39.00

8 - OBSERVAÇÕES:

8.1 - O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua assinatura e expedição da ordem de serviço e vigorará até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

8.1.1 - Os serviços devem ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de serviço pelo contratado.

8.2 - O pagamento será feito mensalmente, para os serviços constantes do item 2.1, subitem "1 - Serviços Mensais", totalizando **10(dez)** meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021, mediante liquidação dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

8.2.1 - O pagamento mensal será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no item 2 deste Termo de Referência, observadas as disposições editalícias.

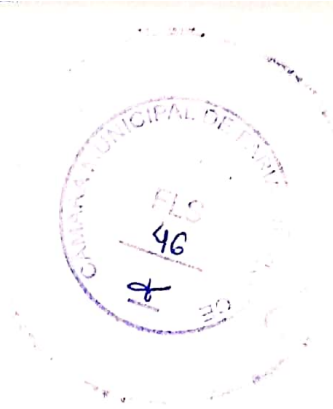
8.3 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 - Os valores contratados poderão ser reajustados a contar de 12 meses da assinatura da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

8.5 - Os serviços deverão ser executados nos dias, locais e horários indicado pela CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE.

8.6 - Todos os instrumentos de trabalho utilizados serão de responsabilidade do contratado, que arcará ainda com o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, recursos humanos envolvidos e deslocamentos de pessoal.

8.7 - Os preços constantes do presente orçamento – item 6 deste Termo de Referência – foram calculados tendo-se como base o preço médio pesquisado no mercado.

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data

À

CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Comissão Permanente de Licitação.

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° _____

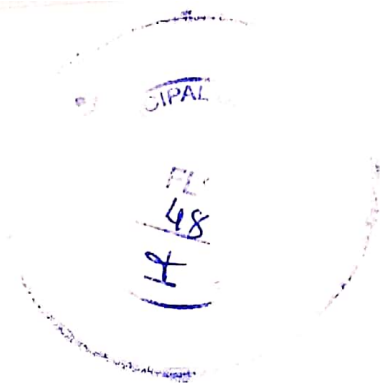
Apresentamos a Vossas Senhorias, nossa proposta de preços, referente à Tomada de Preços em referência, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE, CONFORME ANEXO I, pelo valor global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução até 31 de dezembro de 20__:

Declaramos, neste ato, nossa inteira submissão aos ditames da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições estabelecidas nesta Tomada de Preços.

| ITEM | ESPECIFICACAO DOS SERVICOS | VALOR - R\$ | |
|---------------------|----------------------------|-------------|----------------------|
| | | MENSAL | GLOBAL (__ meses) |
| 01 | | | |
| VALORO GLOBAL - R\$ | | | |

NOME:

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

ENDEREÇO:

CNPJ/CPF Nº:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF Nº:

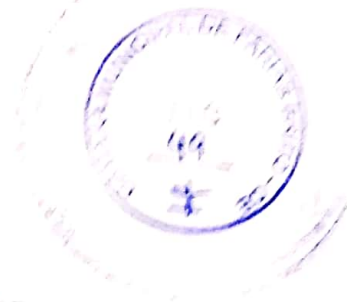
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 31 de dezembro de 20__.

Atenciosamente,

.....
Carimbo e assinatura

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

ANEXO III - MINUTA DO TERMO CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO, COM _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A Câmara Municipal de FARIAS BRITO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na (Endereço completo), inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). (NOME DO ORDENADOR/PRESIDENTE DA CAMARA), doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado(a), e do outro lado, _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF/MF nº _____, no final assinado(a), doravante denominada de **CONTRATADO(A)**, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.02.24.01, PROCESSO Nº 2021.02.24.01, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se, as partes, às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, ACESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE, CONFORME ANEXO I.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1- O presente Contrato tem como fundamento o **TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.02.24.01**, devidamente homologado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas acima citado(a) e ao fim assinado(a), bem como a proposta do(a) **CONTRATADO(A)**, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

3.1- O valor global deste Contrato é de R\$ _____ (_____), nele estando incluídas todas as despesas e custos necessários à sua perfeita execução, sendo pago mensalmente o valor de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos mesmos.

4.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês;

4.3- Caso o faturamento seja aprovado pela CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

5.1- Os preços somente poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação das propostas, com base na variação percentual acumulada no período sob análise, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou outro equivalente caso este venha a ser extinto ou substituído.

CLÁUSULA SEXTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1- O Contrato terá um prazo de vigência a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

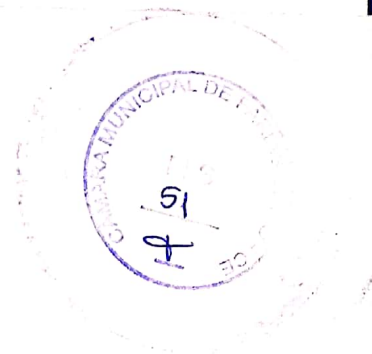
7.1- A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

7.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

7.3- Comunicar ao(à) CONTRATADO(A) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

7.4- Providenciar os pagamentos ao(à) CONTRATADO(A) à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br

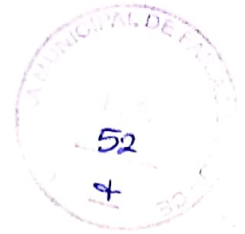


PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

- 8.1- Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Tomada de Preços, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 8.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 8.3- Todas as despesas envolvidas na execução dos serviços, sobretudo, com transporte, hospedagem e alimentação, correrão inteira e exclusivamente por conta do(a) CONTRATADO(A);
- 8.4- Disponibilizar profissionais devidamente habilitados para a fiel execução dos serviços, sempre que demandado pela CONTRATANTE, tanto na forma presencial quanto à distância, substituindo-os nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 8.5- Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) CONTRATANTE;
- 8.6- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao(à) CONTRATADO(a) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do(a) CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- 8.7- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pelo(a) CONTRATANTE;
- 8.8- Arcar com eventuais prejuízos causados ao(à) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente;
- 8.9- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive, as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc,

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

ficando excluída qualquer solidariedade da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do(a) CONTRATADO(A), com referência às suas obrigações, não se transfere à CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO;

8.10- Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do contrato;

8.11- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar ao(à) Contratado(a), as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do(a) licitante vencedor(a) em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE;

b.2) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias;

b.4) O valor da multa referida nesta cláusula será descontada "ex-offício" do(a) CONTRATADO(A), mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- O Contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

10.2- Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, ao(à) CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1- O(A) CONTRATADO(A) fica obrigado(a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações;

12.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

12.3- Os recursos serão protocolados na CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO e encaminhados à Comissão de Licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA FONTE DE RECURSOS

13.1- O valor global do Contrato a ser celebrado, correrá por conta da dotação orçamentária nº 0101.01.031.0001.2.001.0000, elemento de despesa nº 33.90.39.00.

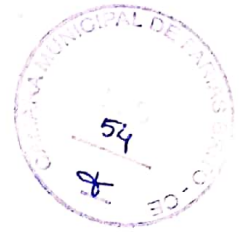
CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1- Fica eleito o foro da Comarca de FARIAS BRITO, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertadas, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

_____ -Ce, __ de _____ de 20__.

Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

.....
(Presidente da Câmara)

Ordenador de Despesas

CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS
BRITO/CE - PODER LEGISLATIVO

CONTRATANTE

.....
Nome do representante Legal

Nome da Empresa

CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

CPF:

02. _____

Nome:

CPF:

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

_____ - __, ___ de _____ de 20__.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

**Rua Independência, 190, Bairro Nova Esperança, Farias Brito - Ceará.
CEP: 63.185-000. Tel: (88) 3544-1231. www.fariasbrito.ce.leg.br**